



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

WANDERSON DOS SANTOS NASCIMENTO

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR:
O CASO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

WANDERSON DOS SANTOS NASCIMENTO

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR:
O CASO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de licenciatura plena em História, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

N199s

Nascimento, Wanderson dos Santos.

Segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar : o caso de São Francisco do Conde, Bahia / Wanderson dos Santos Nascimento. - 2020.

59 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

1. Agricultura familiar - São Francisco do Conde (BA). 2. Política alimentar - São Francisco do Conde (BA). 3. Segurança alimentar - São Francisco do Conde (BA). I. Título.

BA/UF/SEBI

CDD 630.98142

WANDERSON DOS SANTOS NASCIMENTO

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR:
O CASO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade monografia, apresentado ao curso de Licenciatura em História, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, campus dos Malês /BA, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em História.

Data de aprovação: 30/01/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Prof. Dr. Paulo Alves Junior

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Prof. Dr. Paulo Vaz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de forma direta e/ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho. Em especial a minha família, amigos e ao professor Dr. Pedro Acosta Leyva por orientar-me com a devida atenção e paciência. Confesso que não foi fácil fechar mais este ciclo acadêmico, após três anos de travadas batalhas, crises, encantos e desencantos. Mas, com a força de “Deus” e amigos como João Bosco, Edmilson, Gideon, Matheus, Lauro, Willian e tantos outros que conheci durante essa longa empreitada acadêmica, a caminhada tornou-se exitosa.

Sou grato a UNILAB e a todos(as) professores(as) que tive o privilégio de conhecer e aprender. Grato também aos agricultores que, a partir de suas narrativas, enriqueceram este trabalho. Por fim, mas não menos importante, agradeço aos funcionários da secretaria de Agricultura, Meio ambiente e Pesca de São Francisco do Conde pelo acolhimento e apoio na pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho apresenta as relações existentes entre a segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar, elencando os seus conceitos, atores sociais, fenômenos econômicos, políticos e históricos, a partir de um estudo de caso do município de São Francisco do Conde-BA. Constatou-se que os principais fatores que dificultam o desenvolvimento expressivo da agricultura familiar local e por conseguinte numa maior produção de alimentos são: os resquícios do colonialismo, a instalação da Petrobrás e as limitadas políticas públicas voltadas para estimular esse importante setor agrário. Problemas estes evidenciados por meio da aplicação de questionários, entrevistas e acompanhamento in loco com agricultores em torno sede e feirantes, além de leituras de trabalhos científicos, como teses, artigos, revistas e monografias. Como meios de potencializar esse modelo de agricultura, faz-se necessário e urgente a adoção de medidas políticas de distribuição de terras (reforma agrária) e a implantação de tecnologias sociais e agroecológicas de produção alimentar, gerando mais empregos, renda e assegurando a segurança alimentar dos/as franciscanos/as.

Palavras-chave: Agricultura familiar - São Francisco do Conde (BA). Política alimentar - São Francisco do Conde (BA). Segurança alimentar - São Francisco do Conde (BA).

RESUMEN

El presente trabajo presenta las relaciones existentes entre la seguridad alimentaria y nutricional y la agricultura familiar, eligiendo sus conceptos, actores sociales, fenómenos económicos, políticos e históricos, de un caso de estudio en el municipio de San Francisco de Count-BA. Se encontró que los principales factores que obstaculizar desarrollo expresivo de la agricultura familiar local y por lo tanto una mayor producción de alimentos son: los restos del colonialismo, la instalación de Petrobras y las políticas públicas limitadas con el objetivo de estimular este importante sector agrario. Problemas que se evidencian a través de la aplicación de cuestionarios, entrevistas y seguimiento in situ con los agricultores alrededor de las oficinas centrales y ferias, así como lecturas de artículos científicos, tales como tesis, artículos, revistas y monografías. Como medio para potenciar este modelo de agricultura, es necesario y urgente adoptar medidas políticas para la distribución de la tierra (reforma agraria) y la implementación de tecnologías de producción de alimentos sociales y agroecológicos, generando más empleos, ingresos y garantizando la seguridad alimentaria de los franciscanos.

Palabras-clave: Agricultura familiar - São Francisco do Conde (BA). Política alimentaria - São Francisco do Conde (BA). Seguridad alimentaria - São Francisco do Conde (BA).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PFZ - Programa Fome Zero

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEMAP - Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	BREVE PERCURSO HISTÓRICO E CONCEITUAL DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	12
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR	17
3	O CASO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA	21
3.1	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	25
3.1.1	O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	29
3.1.2	O cenário da Agricultura Familiar em São Francisco do Conde - BA	30
3.1.3	Descrição e análise do questionário enviado a secretaria de agricultura, meio ambiente e pesca (SEMAP)	36
3.1.4	Descrição e análise dos questionários destinados as/aos feirantes	40
3.1.5	Descrição e análise dos questionários direcionados aos/as agricultores/as	41
3.1.6	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS): uma proposição e alternativa viável para a segurança/soberania alimentar e agricultura familiar de São Francisco do Conde	43
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é resultado da realização de um estudo de caso com agricultores familiares de São Francisco do Conde que cultivam as terras no entorno da sede deste município, tendo como principal propósito analisar as condições e contribuições destes para a Segurança Alimentar e Nutricional local.

A grande discussão sobre segurança alimentar tem sua origem no século XX, no contexto da II guerra mundial, quando boa parte da Europa estava arrasada e desprovida de mecanismos para produção de alimentos (BELIK, 2003). No Brasil, essa temática repercutiu por volta dos anos de 1980, impulsionada pelos movimentos sociais, organismos internacionais, além dos estudos e literaturas sobre a fome elaborados pelo sociólogo brasileiro Josué de Castro (MALUF et al, 1996). Em tempos em que a humanidade cresce num ritmo acelerado, a necessidade de produção de alimentos se intensifica cada vez mais e deve estar em paralelo com este crescimento. Sem alimento, não há como a humanidade se desenvolver, pois ele é uma necessidade humana, é importante destacar que não basta tê-lo na mesa, é necessário prezar pela sua qualidade e segurança para quem o consome.

O interesse por esta temática surgiu em razão da minha participação no projeto de pesquisa do Conselho de Segurança Alimentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP), sendo que a minha afinidade com a agricultura potencializou esse interesse, uma vez que passei a infância e parte da adolescência no meio rural e pude constatar as diversas dificuldades em que os agricultores, sobretudo os familiares, enfrentam no dia a dia para produzir o alimento.

Quando cheguei a São Francisco do Conde para estudar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, no ano de 2015, fiquei-me autoquestionando por que a agricultura familiar deste município não se desenvolvia satisfatoriamente, sendo que havia/há extensas faixas de terras “ociosas”. Em meados de 2017, apresentei um projeto de pesquisa em que abordei alguns atributos sociais da Agricultura familiar numa comunidade rural pertencente ao município de Valença, Baixo Sul da Bahia. Quatro anos depois, já nos últimos semestres do curso de licenciatura em História, decidi esmiuçar a questão emblemática da Agricultura Familiar em São Francisco do Conde no, pautando-se na Segurança Alimentar e Nutricional.

Na realização desta pesquisa adotou-se o estudo de caso com abordagem qualitativa e descritiva. De acordo Gil (2006), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um determinado fenômeno e/ou objeto. O fenômeno que esta pesquisa busca

compreender parte das seguintes questões: como a segurança Alimentar atua nos processos de produção e distribuição de alimentos da agricultura familiar, ampliando a oferta e estimulando o consumo de alimentos saudáveis? Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores no desenvolvimento da agricultura familiar local.

A coleta de dados consistiu em entrevistas e na aplicação de questionários semiestruturados, enriquecida de constantes leituras de artigos, leis, teses, periódicos científicos, revistas on-line e dissertações disponíveis nas redes eletrônicas acerca da temática em discussão. O universo desta pesquisa é formado por agricultores¹, feirantes e membros da secretaria de Agricultura, meio ambiente e Pesca (SEMAP). No total, foram aplicados 3 questionários. Sendo 1 (um) para Homens e Mulheres envolvidos(as) diretamente na cadeia produtiva da agricultura local e outro aos/as feirantes da feira livre. Além disso, foram elaboradas 11(onze) questões destinadas exclusivamente a SEMAP, com o objetivo de confrontar as informações.

¹ Todos os nomes dos(as) agricultores(as) que aparecem neste trabalho são fictícios, devido à ética na pesquisa.

2 BREVE PERCURSO HISTÓRICO E CONCEITUAL DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Desde o princípio evolutivo da espécie humana, o alimento tem sido um elemento essencial para a sobrevivência e marcador de profundas mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas no mundo. Como é sabido, para que o ser humano se desenvolva de forma saudável e torne-se apto a executar as atividades diárias da vida, ele necessita, entre outras coisas, de uma alimentação equilibrada e que atenda às suas necessidades. No entanto, frente aos problemas relacionados a fome e a miséria no mundo, provocados por diversos fatores, o direito à alimentação se instabiliza.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com as economias de muitos países destroçadas, a fome se alastrou assustadoramente. A fim de superar essa crise alimentar, principalmente na Europa e/ou até mesmo a nível mundial, o conceito e debate de segurança alimentar ganha notoriedade mediante ao cenário sombrio e de incertezas provocados por essa conjuntura.

O conceito de Segurança Alimentar veio à luz a partir da 2ª Grande Guerra com mais de metade da Europa devastada e sem condições de produzir o seu próprio alimento. Esse conceito leva em conta três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos. (BELIK, 2002 P.2)

Pensando no aspecto da quantidade, aqui vale destacar o contexto da Revolução Verde, cuja principal proposta era a de oferecer alternativas e mecanismos para aumentar a produção de alimentos e a modernização do setor agrícola, “utilizando sementes híbridas aliado a agrotóxico, fertilizantes, implementos agrícolas e máquinas” (MALANSKI, 2011 p.1).

Sobre a Revolução Verde, Octaviano (2010) explica que:

Conceitualmente, a Revolução Verde é considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas. Embora tenha surgido com a promessa de acabar com a fome mundial, não se pode negar que essa revolução trouxe inúmeros impactos sociais e ambientais negativos (OCTAVIANO, 2010 p.10)

Temendo o avanço da crise alimentar instaurada, sobretudo nos países em desenvolvimento, os organismos internacionais se manifestaram com objetivo de encontrar soluções eficazes para o problema, como foi o caso da fundação da Organização das Nações

Unidas Para a Agricultura e Alimentação (FAO), em 1945, e das Conferências Mundiais de 1974 e 1996, em que foram lançadas propostas e reflexões acerca da fome e dos mecanismos para erradicá-la. (JESUS e OMATTI, 2017).

Segundo o conceito discutido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), na I Conferência Mundial de Alimentação, ocorrida em Roma, a Segurança Alimentar “existe quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa” (CMA, 1996 p. 2). Nesse evento, a pauta principal residiu na abolição da fome em âmbito mundial, uma vez que esse problema ainda persiste e afeta milhões de pessoas, inclusive no Brasil, como sustenta Otaviano (2001):

No ano de 1996, a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) realizou a Cúpula Mundial da Alimentação, conferência na qual foram aprovados uma Declaração e um Plano de Ação destinados a combater a fome no mundo. Os chefes de Estado e governo participantes assumiram então o compromisso de mudar radicalmente o quadro de desnutrição que afetava (e ainda afeta) mais de 800 milhões de homens, mulheres e crianças no mundo inteiro, dos quais um número substancial no Brasil. (OTAVIANO, 2001, p. 137)

Embora essa discussão conceitual e abrangente sobre a (in)segurança alimentar seja relativamente recente, ao longo da história a produção e a má distribuição de gêneros alimentícios causaram grandes impactos e mudanças em diversas sociedades. No contexto da Revolução Francesa, por exemplo, “cenário decisivo de transição histórica, um dos principais motivos para a sua eclosão foi a escassez de alimentos para saciar minimamente a fome da população proletária” (MOTA, 1989 p. 15)

Conforme Takagi (2006), a temática da segurança alimentar no Brasil foi timidamente introduzida em 1985, mediante a elaboração de um documento propondo políticas de combate à fome. O autor ressalta ainda que antes desse ano o tema estava sendo intensamente discutido em países da América Latina com o apoio da Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura (FAO) e da Comissão Econômica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL)

Brasil: país de dimensão continental e rico em recursos hídricos e em terras altamente agricultáveis, a questão da fome é notória em certa medida. Aqui, as causas estão associadas a um passado em que o modelo de produção agrícola consistiu (e ainda consiste, apesar dos avanços) na monocultura. Nesse sistema, de altos investimentos e que ocupa extensas faixas de terras, geralmente se cultivava um único produto voltado para o mercado de

exportação(externo). Com isso, os preços dos alimentos aumentam, dificultado seu acesso, sobretudo pela camada pobre da população. Ao contrário do que ocorre nos países da África subsaariana, o que inclui os da CPLP, no Brasil não faltam alimentos e sim políticas igualitárias de distribuição de renda, conforme afirma Belik (2003)

Costuma-se dizer popularmente que o nosso país possui problemas relativos à insegurança alimentar que são um tanto distintos daqueles encontrados na África Subsaariana onde o que falta é justamente o alimento. No Brasil, não temos problemas de oferta de alimentos, mas 46 milhões de indivíduos vivem em situação de risco, pois a sua renda é insuficiente para que eles possam se alimentar nas quantidades recomendadas e com a qualidade e regularidade necessária (BELIK, 2003 p 18)

Na conceituada obra produzida pelo nutrólogo, geógrafo e cientista social brasileiro, Josué de Castro, intitulada a geografia da fome, desvenda minuciosamente as circunstâncias e os contrastes desse problema no Brasil, apontando os possíveis caminhos para superá-la, tendo em vista as potencialidades dos recursos ofertados pela natureza, além da privilegiada e estratégica posição geográfica em que este país se encontra. Assim como Belik, 2003, Josué de Castro sustenta que a questão da fome é de natureza socioeconômico.

[...]com a extensão territorial de que o país dispõe, e com sua infinita variedade de quadros climato-botânicos, seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano; e se nossos recursos alimentares são até certo ponto deficitários e nossos hábitos alimentares defeituosos, é que nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas.(CASTRO, 1999 p.51)

O Estado brasileiro, principalmente a partir dos anos de 1990, tem adotado programas sociais de combate à fome e à miséria. Uma das primeiras ações institucionais para estes fins foi a criação em 1993, no governo de Itamar Franco, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), impulsionado pelo movimento social Ação da Cidadania Contra a Fome, a miséria e pela vida, sob a liderança do sociólogo brasileiro Herbert de Souza, o Betinho (TAKAGI, 2006).

Com a criação do CONSEA, órgão voltado para o debate e apresentação de diretrizes para garantir a segurança alimentar no país, outros programas sociais foram implementados. A exemplo do Programa Emergencial de Alimentos (PRODEA), que consistia na distribuição de cestas básicas para famílias afetadas pela seca. E os programas de transferência direta de renda: Bolsa-Escola, Bolsa- Alimentação, Auxílio Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), entre outros. “Ao todo, existiam, em 2002, 6 programas de

transferência de renda operados por 5 ministérios diferentes, com critérios de seleção também diferentes” (TAKAGI, 2006 p.49).

Em 2003, no governo Lula, foi lançado o Programa Fome Zero (PFZ), “cujo principal objetivo era garantir o direito humano à alimentação por meio da promoção da Segurança Alimentar” (TOMAZINI e LEITE, 2015 p.20). Segundo Takagi (2006), este programa atendeu prioritariamente aos grupos considerados mais vulneráveis a fome (insegurança alimentar), a exemplo de comunidades quilombolas, Indígenas e coletores de lixo, mediante a entrega de cestas básicas, ressalta ainda que:

Basicamente, o Projeto Fome Zero buscava atacar o problema da insegurança alimentar a partir da melhoria do nível de renda da população considerada pobre. Partia-se do pressuposto de que o problema da fome no Brasil está muito mais relacionado com a insuficiência de renda do que, propriamente, com a falta de oferta ou escassez de alimentos (TAKAGI, 2006 p.54)

Resultado da expansão do PFZ, outros programas e Leis foram acrescentados a fim de atender à crescente demanda alimentar, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criação da Lei nº11. 326/2006, estimulando à agricultura familiar, gerando emprego, renda e permitindo a ascensão social de muitas pessoas inseridas diretamente na cadeia produtiva de alimentos. Nesse mesmo ano foi criada a Lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (nº 11. 346/2006) Nela, encontra-se incorporado o documento aprovado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004) que define a SAN como:

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

Mesmo com todos os avanços, o Brasil é um país em que problemas relacionados à fome e à miséria ainda persistem. Esse cenário só poderá mudar quando houver medidas e estratégias eficazes que permitam a cada cidadão brasileiro ter o devido acesso à alimentação conforme a sua necessidade, tal como afirma Galeazzi (1996).

No Brasil haverá Segurança Alimentar quando todos os brasileiros tiverem, permanentemente, acesso em quantidade e qualidade aos alimentos requeridos e às condições de vida e de saúde necessárias para a saudável reprodução do organismo e para uma existência digna. (GALEAZZI, 1996.p. 12)

De acordo com o mais recente relatório sobre “O estado da segurança alimentar e nutrição no mundo²”, divulgado em 2018 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), somente no ano de 2017 aproximadamente 5, 2 milhões de pessoas passaram fome no Brasil. Essa pesquisa revelou ainda que nesse mesmo período, 821 milhões de pessoas no mundo padeceram desse mesmo problema (FAO, 2018).

É importante destacar que, com a constante expansão dos debates acerca da Segurança Alimentar, “após a realização da Conferência Internacional de Nutrição, organizada pela FAO em 1992, incorporou-se o aspecto nutricional e sanitário⁵ ao conceito de segurança alimentar, passando a ser adotado como SAN” (IPEA, 2014 p.13). Essa medida é resultado da necessidade de se pensar sobre a qualidade e potencialidades nutritivas dos alimentos consumidos, de modo a atender e garantir satisfatoriamente o direito do homem à alimentação.

Outra incorporação considerada importante na ideia de segurança alimentar é o conceito de Soberania, “surgido pela primeira vez no Fórum Nacional sobre a Soberania Alimentar, no México, em 1996” (VALENTE,2002 p.6). O emprego dessa recente terminologia é fruto da luta dos movimentos sociais que defendem os princípios da produção de alimentos pautada na sustentabilidade, respeitando a natureza, preservando as culturas e os modos de vida de cada população. (PEREIRA, 2015). Essa autora destaca que a discussão da Soberania alimentar se intensificou (e continua se intensificando) graças a articulação da Via Campesina³, além da realização do Fórum Mundial de Soberania Alimentar ocorrido em Cuba, em 2001, que contou com a participação massiva de “camponeses, indígenas, pescadores, organizações não governamentais e pesquisadores”(PEREIRA, 2015p. 35).

Conforme a declaração desse fórum:

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando as próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (DECLARAÇÃO DO FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

² Encontra-se disponível na íntegra em: <http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>

³ Movimento Internacional de camponeses(as), pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas. Para informações detalhadas, ver o artigo da autora Flávia Vieira. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?**

De alguma forma a soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional dialogam entre si, embora apresentem alguns pontos de convergências e divergências quanto aos seus propósitos e origens (HOYOS; DAGOSTINY, 2017). É evidente que o principal desafio da soberania alimentar é criar mecanismos sustentáveis e autossuficientes de produção alimentar, orgânica e familiar. Antagonizando, assim, com a política latifundiária e a crescente expansão das fronteiras agrícolas.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Nesta seção procura-se abordar o conceito de agricultura familiar em diálogo com a Segurança Alimentar e Nutricional. Para isso, faz-se necessário apresentar sucintamente o contexto desse processo a nível nacional e logo após o local. A definição desse modelo de agricultura é abrangente, além de ser largamente discutido, em diversas concepções.

De acordo Altafin (2007), a agricultura denominada familiar não é um termo recente, porém, adquire novos contornos e significados à medida em que a sua discussão se expande à academia. Esse mesmo autor reforça que, historicamente, se tratando de Brasil, o modelo de agricultura então conhecida como familiar tem estreita relação com o modo de vida camponês, em razão da predominância da mão-de-obra familiar na produção, entre outros elementos.

Na perspectiva de Schneider (2003), a agricultura familiar, no contexto brasileiro, emergiu-se na década de 1990, resultado dos movimentos sociais do campo e da busca por políticas públicas que atenuasse os problemas relacionados, por exemplo, “[...]a falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação”(SCHNEIDER, 2003 p.100).

Com as crescentes pressões vindas do campo, o governo federal resolveu então criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar(Pronaf), assumindo o compromisso institucional de apoiar os pequenos produtores rurais com políticas públicas direcionadas a aberturas de créditos especiais, intensificação da produção e o incentivo a permanência do agricultor no campo(Schneider(2003). Nesse mesmo ano, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura em parceria (FAO) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, realizou um estudo em que define agricultura familiar como:

[...] a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecido pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção(embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996:p.4)

Mesmo oscilando entre os recuos, avanços e perspectivas, não se deve negar a importância do PRONAF no auxílio aos pequenos agricultores, ajudando-os a ocupar lugar de destaque no cenário econômico, político e social brasileiro. Carneiro (2013, p.71) destaca que as “diretrizes desse programa têm como referência experiências europeias, principalmente a da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural”.

Em meio as diversas classificações dadas pela literatura e a academia, além do Pronaf, o Estado Brasileiro determina com a promulgação da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 os princípios que traçam o perfil do agricultor familiar.

De acordo essa lei:

[...] o agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividade no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4(quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originado de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Módulo fiscal é uma unidade de medida, expressa em hectare, fixada para cada município, instituída pela Lei nº 6.746/79, considerando as particularidades locais (DE OLIVEIRA; GARCEZ, 2011, p.10). O tamanho do módulo fiscal está fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA). O do município de São Francisco do Conde é de 1(um) módulo fiscal, o que equivale em média a 7 (sete) hectares de terra (SEMAP, 2019).

Observa-se que a lei estabelece uma série de critérios no sentido de politizar a categoria ora exposta. Ao mesmo tempo que essa legislação inclui o produtor, ela tem o poder de excluí-lo. Isso porque, considerando a realidade agrária do Brasil, muitas pessoas do campo não são proprietárias de terras, apenas sobrevivem como arrendatários, meeiros, etc. Ou seja, esses sujeitos podem estar num quadro de vulnerabilidade socioeconômico por não se enquadrar nas prerrogativas da Lei. Por esse fator, estão impossibilitados captarem

recursos(créditos) agrícolas e entre outros benefícios considerados importantes do ponto de vista econômico e social, como realçam Moraes e Fernandes (2014)

A referida lei é muito seletiva no que diz respeito às características do agricultor familiar. Muitos agricultores apesar de estarem em conformidade com alguns dos requisitos citados empacam em um ou em outro, o que dificulta o acesso às políticas de incentivo à agricultura familiar. Para que o agricultor familiar tenha acesso aos incentivos governamentais é preciso estar em conformidade com o que foi estabelecido em Lei. Dessa forma, a lei de nº 11.326, de 24 de julho de 2006, é a lei basilar para a definição de agricultor familiar no Brasil. (p.25)

Atualmente, em termos econômicos, a agricultura familiar no Brasil contribui de forma expressiva. Para se ter uma ideia, um levantamento de dados realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, revela que boa parte dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros são oriundos desse segmento agrário:

Em 2006, a agricultura era responsável por 87% da produção nacional da mandioca, 70% da produção de feijão, 46% de milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% da arábica), 34% do arroz, 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra) 59% do plantel de suínos, e 50 % das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%) (IBGE, 2006, p.8)

Com esses dados, percebemos a importância da agricultura familiar no Brasil, sendo que seus atributos não se esgotam somente no aspecto econômico, mas também se estende ao campo social, porque, quando se fala neste modelo de agricultura, deve-se levar em consideração os atores sociais envolvidos continuamente na dinâmica da cadeia produtiva.

Durante o período em que o Brasil esteve sob domínio de Portugal, a agricultura era estritamente baseada na monocultura, voltada para a exportação. Porém, como consta na historiografia agrária, antes de os lusitanos chegarem ao Brasil, as populações indígenas já praticavam a agricultura tradicional e diversificada, produzindo principalmente mandioca, batata, milho, entre outros. (LINHARES, 1995). Com a implantação do sistema colonial escravista, esses modos de vida e produção alimentar foram inevitavelmente afetados e ameaçados.

Seria inviável abordar a agricultura familiar no Brasil sem antes conhecer e reconhecer o papel dos movimentos camponeses na luta por direitos e melhores condições de vida no campo. O camponês é, acima de tudo, um importante agente social. Entretanto, ocorre que a sua figura é construída sob diversos estereótipos, “como uma caricatura esgarçada do

pobre coitado, isolado em grande solidão e distanciamento da cultura oficial, analfabeto, mal-alimentado”. (WELK et al, 2009, p.12).

Conforme Linhares(1995), o campesinato brasileiro tem suas raízes no contexto colonial, em que às margens dos latifúndios, “havia a incorporação de formas de imobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares” (p. 24). Embora haja divergências conceituais, a agricultura familiar “guarda ainda muito dos traços camponeses, tanto porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças.” (WANDERLEY, 1996, p.15).

3 O CASO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA

Neste capítulo apresentamos de maneira panorâmica o contexto histórico deste município, as características e localização geográficas, número populacional, além dos programas PAA e PNAE, ambos vetores de desenvolvimento da segurança alimentar e a agricultura familiar.

O território que hoje compreende São Francisco do Conde, habitavam populações indígenas das etnias Tupinambás, Caetés Negros e Potiguaras (SANTO, 1998). De acordo Ferreira (2016), essas comunidades indígenas viviam basicamente da agricultura, pesca e mariscagem. Com a invasão e colonização portuguesa, mais precisamente no século XVI, eles foram banidos e exterminados dessa região.

Por volta do ano de 1618, século XVII, na sesmaria do terceiro Conde de Linhares, Fernando de Noronha Linhares, formou-se um pequeno povoado denominado inicialmente de São Francisco do Sítio, onde foram construídos um convento e uma igreja na extremidade de um monte. Em 1698, sob o governo de Mem de Sá, a Villa de São Francisco do Conde foi fundada.

A economia deste município esteve, durante séculos, centrada na produção e comércio da Cana-de-açúcar, devido à característica fértil do solo Massapê em consonância com o clima tropical. Somado esses fatores, São Francisco do Conde teve sua ampla participação no mercado açucareiro a nível mundial. Para ter uma ideia dessa potencialidade, Cunha (1997) mostra que, por volta do século XVII, do total de 170 engenhos construídos no território que hoje compreende o Recôncavo baiano, 50 destes situavam e funcionavam no município em estudo, com a utilização de mão-de-obra escravizada, “vinda do continente africano para trabalhar na lavoura da cana. O comércio se desenvolvia em torno das produções agroindustriais dos engenhos e dos frutos do mar e dentre outros cultivos como: banana, laranja, mandioca, fumo, etc” (DIAS, 2015 p. 48)

Em 1859, 9 anos após a proibição do tráfico de escravos no Brasil, foi criado e implantado no Engenho de São Bento das Lajes o Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA). Essa ação partiu do Governo Imperial numa tentativa de impedir o desmonte dos engenhos e sobrepujar a crise do cultivo da cana-de-açúcar.

O IIBA foi a primeira instituição de ensino e pesquisa agropecuária no Brasil, criada com o objetivo de reverter a decadência das lavouras de cana-de-açúcar, onde foram desenvolvidos pesquisas e experimentos que propiciaram, também, a expansão e consolidação das lavouras de fumo, mandioca e algodão no Recôncavo da Bahia. (DIAS, 2015, p. 49)

Apesar dos altos e baixos, essa Instituição funcionou durante 45 anos, formando profissionais para atuarem na agroindústria do açúcar (Tourinho, 1982). De modo geral, os resultados da implantação dessa escola foram inexpressivos, por não conseguir atingir um dos principais propósitos: superar a crise da economia açucareira. Após sua falência, seu conjunto de acervo foi transferido para a Universidade Federal do Recôncavo, situada na cidade de Cruz das Almas-BA. Hoje o prédio em que funcionava o IIBA encontra-se em ruínas e abandonado pelo poder público local.

Por força de um decreto Estadual, São Francisco do Conde se enquadrou na categoria de cidade em 1938. (SANTO, 1998) Hoje ela abriga um conjunto de monumentos e histórias importantes que remetem ao contexto do Recôncavo baiano e do período colonial (CARVALHO, 2006). Após a descoberta de poços de petróleo em abundância nesta cidade, em 1947, e da construção da primeira refinaria estatal do Brasil, em 1950, o quadro econômico e da infraestrutura local se transformou. Com os *royalties* repassados pela Petrobrás, São Francisco do Conde tornou-se um dos municípios brasileiros com a maior renda per capita (BRITO, 2015).

No período da Ditadura no Brasil (1964-1985), o regime militar elaborou uma grande quantidade de leis, decretos e atos arbitrários com o objetivo de dominar as forças de oposição e dirigir o país de forma autoritária. No ano de 1968 o governo militar decretou que 68 municípios da união, incluindo São Francisco do Conde, fossem enquadrados como área de segurança nacional, “deixando de ter eleições, com a nomeação dos seus prefeitos pelo governo federal” (TEIXEIRA, 1993, p.133). No caso de São Francisco do Conde, essa medida foi estratégica para o regime militar que mantinha um discurso de progresso econômico pautado principalmente na extração e processamento de petróleo, gás e derivados, recursos em abundância neste município.

Situada no Recôncavo baiano, São Francisco do Conde é um dos menores municípios do Estado da Bahia, banhado pelas águas do oceano Atlântico, e com limites entre Candeias, Santo Amaro e São Sebastião do Passé, Saubara, além de Madre de Deus. De acordo com o o recenseamento realizado em 2010, a sua população era de pouco mais de 33.183 habitantes (IBGE, 2010). Desse total, 5.792 corresponde a população rural e 27. 391 a urbana.

Figura 1 - Mapa localizando o município



Fonte: IBGE (2008).

Como se pode ver no mapa, o município de São Francisco do Conde possui uma dimensão territorial considerável, sendo que parte desta é banhada pela Baía de Todos os Santos e manguezais, ecossistema este que abriga uma fauna importante para a biodiversidade, além de ofertar rica alimentação proteica para o consumo humano, a exemplo de diversas variedades de peixes e crustáceos, contribuindo assim no processo de segurança alimentar e nutricional, resultado do seu potencial produtivo-econômico.

Configura um ambiente muito dinâmico e um dos ecossistemas mais produtivos da terra, no qual se registra a ocorrência de várias espécies da pesca. É considerado um dos indicadores ecológicos mais representativos na zona costeira, caracteriza-se por proteger a costa, reter sedimentos oriundos das bacias hidrográficas, assim como abrigar e alimentar em seus habitats inúmeras espécies - verdadeiro berçário animal (RICKLEFS, 1996; FIGUEIREDO et al., 2003; ALVES, 2001).

Após o processo de urbanização e da consequente especulação imobiliária, parte do manguezal vem sendo afetado pelos constantes aterramentos do seu solo e também de resíduos provenientes de atividades industriais, domésticas e comerciais, entre outros... O destino incorreto desses materiais acarreta na poluição desse importante berçário marinho, matando as espécies que nele habitam e criando um cenário de vulnerabilidade social e econômico aos sujeitos que sobrevivem dos recursos por ele ofertado. Sendo que os malefícios resultantes desse processo podem ser sentidos por uma extensa área de influência. (SCHAEFFER-NOVELLI, Y. (1995).

Em função da crescente poluição dos manguezais, consequentemente a situação de insegurança alimentar se agrava, uma vez que os mariscos e crustáceos, principais fontes de alimentos e renda da população, são afetados. Além disso, a cadeia alimentar que está sendo impactada reduz-se drasticamente. Logo, a baixa oferta de alimentos extraídos do manguezal favorece a alta do preço, podendo gerar certo grau de insegurança alimentar.

De acordo as avaliações apresentadas pelos delegados durante a conferência territorial de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida em 2011, o território do Recôncavo Baiano composto por 20 municípios, dentre estes São Francisco do Conde, carece de políticas públicas voltadas para o progresso da SAN:

necessita acelerar o reconhecimento da titulação das terras, principalmente das comunidades tradicionais, além disso, eles alertaram para a carência de implementação de processos de educação, assistência técnica no campo e formação, garantindo a preservação das culturas alimentares de cada comunidade. Apontaram como prioridade para o enfrentamento da IAN (Insegurança Alimentar) o fortalecimento do controle social sobre as políticas de SAN (Segurança Alimentar), com a criação dos CONSEA, s Municipais. (GGSAN, 2015)

Com base nessas avaliações, é possível identificar os principais fatores responsáveis por agravar a situação de vulnerabilidade alimentar. No caso dos pescadores e marisqueiros não é diferente. Como forma de superar essa situação, é necessário que haja ações políticas e sociais que contemplem os pequenos agricultores, pescadores, marisqueiros, etc.

3.1 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Os programas PAA (Programa de aquisição de alimentos) e PNAE (Programa nacional de alimentação escolar), objetivam atenuar os problemas relacionados à fome, além de fortalecer a cadeia produtiva da agricultura familiar. O primeiro, o programa de Aquisição de Alimentos – PAA, criado em julho de 2003, por meio do artigo 19 da lei nº 10.696, possui duas finalidades principais: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para alcançar esses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (MDA, 2019).

De acordo com Maluf (2015), o PAA é um programa de extrema importância, dada a sua capacidade de viabilizar a produção agro-alimentar e do mesmo modo atenuar a pobreza rural, um dos principais focos de vulnerabilidade alimentar. Além disso, o PAA de certa forma inibe a presença do atravessador, porque trata-se de uma comercialização direta com entre o agricultor(produtor) e os entes federativos (Estado e Município) e/ou empresas.

O atravessador atua no mercado coletando a produção do pequeno agricultor, é uma figura geralmente dotada de conhecimento sobre transações comerciais, ao contrário do agricultor, que na maioria das vezes não dispõe de infraestrutura eficiente e capaz de atender a demanda do crescente mercado competitivo, tendo de recorrer ao atravessador que “ limita o lucro do produtor, impedindo a acumulação de capital e, conseqüentemente, os investimentos na melhoria tecnológica e na sua qualidade de vida” (BEZERRA e MAGALHÃES, 2000, p.66). Nessa relação, o agricultor é o maior prejudicado, uma vez que ele precisa arcar com todas as despesas da produção: fertilizantes, funcionários, escoamentos, etc. Enquanto que o intermediário acaba por obter mais lucros, em razão do seu conhecimento na área comercial.

Convém destacar que esse programa social é uma grande oportunidade para o agricultor, sobretudo o familiar, alavancar seu potencial produtivo. Os efeitos benéficos do PAA transpõem o lucro, abrem-se prósperos caminhos que asseguram o homem no campo,

com qualidade de vida e como agente estimulador da soberania alimentar. Soberania esta que não se limita a produção ou consumo do alimento em si, abarca outros elementos relevantes:

A soberania alimentar não visa apenas o acesso suficiente aos alimentos, ela questiona de que forma estes são cultivados e por quem o são. É tomada como uma bandeira de luta de movimentos sociais camponeses, que reivindicam direitos à terra, território, alimentação, do mesmo modo que o reconhecimento de seus modos de vida e de envolvimento com a natureza. (FACCO e GÓMEZ, 2016. P.20)

Nesta perspectiva, essa política afirmativa suscita, de certa forma, a discussão da reforma agrária, uma pauta política, econômica e social de projeção nacional cuja funcionalidade é quase inexistente. Conforme Oliveira (2001, p. 205), para que o problema da exclusão social no Brasil seja superado, é necessário avançar com a aplicação do projeto de Reforma Agrária. Ela dispõe de mecanismos sociais capazes de, ao menos, minimizar as questões relacionadas a miséria. Acrescenta ainda que, caso ela seja de fato efetivada, o pequeno produtor terá a chance de ofertar em maior escala os seus produtos agrícolas, ou seja, o direito à terra é fundamental, no entanto, há inúmeros entraves impostos, até mesmo parte do próprio Estado, que o impede seu acesso.

No município em destaque, São Francisco do Conde, o programa de Aquisição de Alimentos (PAA) está em atuação há aproximadamente cinco anos. Em sua fase inicial, beneficiou cerca de 108 famílias, atualmente são 150 famílias contempladas. Segundo o conselheiro de Segurança Alimentar deste município, “Esses alimentos são oriundos da agricultura familiar e beneficia as famílias franciscanas que se encontram em situação de vulnerabilidade, bem como incentiva e valoriza o trabalho dos agricultores local⁴”.

⁴ Informações extraídas do site da prefeitura municipal, pasta da secretaria de agricultura, meio ambiente e pesca (SEMAP). Disponível em: <https://saofranciscodoconde.ba.gov.br/semmap-prefeitura-de-sao-francisco-do-conde-realizou-mais-uma-entrega-de-alimentos-da-agricultura-familiar/>

Figura 2 - Distribuição de alimentos

Fonte: SEMAP (2019).

Como se vê na imagem, a distribuição dos alimentos obedece a toda uma dinâmica. Os beneficiados se reúnem num determinado local, geralmente no centro da cidade, a fim de receber os mantimentos oriundos da agricultura familiar. De fato, essa ação de natureza social e econômica é importante, uma vez que enobrece o árduo trabalho do produtor/agricultor, além de ajudar as pessoas em condições vulneráveis. Podendo o PAA ser considerado como vetor de desenvolvimento sustentável e que possibilita “[...] o resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos e culturas regionais que vinham sendo esquecidos ao longo das gerações, muitas vezes em função de serem concebidos como "atrasados" e/ou ainda em decorrência de um crescente processo de mercantilização da agricultura” (GRISA et al., p. 149). Na concepção de Scmitt (2005), o programa em destaque tem o potencial de unir a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola.

O programa de aquisição de alimentos opera de modo a estreitar relações com o modo vida, com a economia e o desenvolvimento sustentável da população que necessita do básico para sobreviver. A sua criação “é fruto das mobilizações sociais e das demandas por dos produtos familiares às ações públicas de garantia de preço e renda a ampliação do mercado de seus produtos” (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013, P.5). Com isso, o PAA acaba criando oportunidades para superar a extrema miséria, promovendo a inclusão social e econômica no campo, uma vez que são oferecidos mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta dos produtos de agricultores familiares. O quadro I demonstra sucintamente a estruturação do programa em foco

Quadro 1 - Estruturação do PAA

PARA QUEM?	<p>Fornecedor: os segmentos da agricultura familiar com prioridade para povos e comunidades tradicionais, indígenas, pescadores, acampados e assentados da Reforma Agrária, agricultores familiares pobres e suas organizações.</p> <p>Consumidor: população em situação de insegurança alimentar e em vulnerabilidade social; atendidas pela Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e pela Rede Socioassistencial, especialmente a referenciada pelos Conselhos Municipais de Assistência Social.</p>
COM QUEM?	<ul style="list-style-type: none"> • Execução federalizada em parceria com a CONAB; • Execução descentralizada através de parceria com Governos Estaduais, Distrital e Municipais.
ONDE?	Em todo o território nacional com prioridade para os Territórios da Cidadania, CONSADs, Semiárido e as Regiões Metropolitanas.
PARA QUÊ?	<p>Proteger e promover o direito humano à alimentação adequada das famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio da estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN que se realiza fundamentalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • com a distribuição de alimentos para a rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e a rede de instituições socioassistenciais; • estruturação e o desenvolvimento de circuitos locais de abastecimento alimentar; • formação de estoques de alimentos para assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em insegurança alimentar. <p>Fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações econômicas e promoção do desenvolvimento local, por meio da compra direta de alimentos a preços mais justos, garantindo renda para os agricultores familiares e contribuindo para a regulação, de forma indireta, dos preços de mercado.</p>
COMO?	<ul style="list-style-type: none"> • Operando Sistemas Públicos descentralizados de Soberania Alimentar (Produção - Comercialização - Consumo), integrando fortemente as políticas de desenvolvimento agrícola e social; • Com a atuação coordenada de todos os executores do PAA, fazendo uso das suas dimensões e funções.
COM QUANTO?	Recursos públicos (dos orçamentos do MDS e MDA) suficientes para desempenhar plenamente suas atribuições e cumprir as funções estabelecidas nos regulamentos e deliberadas pelo Grupo Gestor.

Fonte: CONAB (2010, p.8)

A partir da análise do quadro, nota-se que o PAA realmente é um instrumento imprescindível no combate a insegurança alimentar. É notório a valorização da agricultura familiar, como também das populações tradicionais.

3.1.1 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Como consequência dos resultados obtidos pela criação do PAA e da necessidade de sua expansão, em 2009 foi criada pelo Estado brasileiro a lei de nº 11/947 de 16 de junho de 2009. Essa legislação, em seu artigo 14, determina que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Trata-se de uma política de Estado, ou seja, é de obrigação dos entes federativos, Estados, Municípios e distrito federal, adotá-la. Criado em 1955, o programa Nacional de Alimentação Escolar(PNAE) é uma política compensatória da insegurança alimentar (CHAVES et al, 2009) que potencializa o acesso à alimentação e busca atender às “necessidades nutricionais dos alunos e contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis durante sua permanência em sala de aula, colaborando para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar”(BRASIL, 2006).

A aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar pelo PNAE, destinados à alimentação escolar, é uma ação estratégica de suma importância para o cenário socioeconômico desse setor agrário. Essa iniciativa qualifica as ações comerciais de quem produz alimentos, no caso o agricultor. Para o público consumidor, neste caso a comunidade estudantil, que adquire os produtos originários da agricultura familiar, se beneficia com a qualidade da alimentação a ser consumida, conserva-se os saudáveis hábitos alimentares, além de propiciar o desenvolvimento local pautado na sustentabilidade, como ressaltam Carvalho e Castro (2009)

A alimentação escolar envolve aspectos cultural-territoriais; interações socioeconômica-ambientais; político institucionais; de respeito ao ciclo da natureza de ofertar alimentos para atender à necessidade básica do indivíduo de não sentir fome; entre outro, a fim de promover a Segurança alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito à alimentação adequada. (p.5).

Vale salientar que, antes da solidificação do programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), existia a campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), no ano de 1965, amparada pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Só a partir de 1979 que o governo converte essas campanhas no PNAE, sendo reconhecido como direito universal pela Carta Magna de 1988. Em 1994, com a Lei nº 8.913(BRASIL, 1994), descentralizou-se gradativamente o PNAE, tornando-o de responsabilidade dos Municípios, Estados e o Distrito Federal, ratificada com a Medida provisória nº 1.784, 1998(BRASIL, 1998) (MELÃO, 2012).

À luz dessa Lei, os conselhos de Alimentação Escolar (CAE) foram criados. No município em estudo o CAE, criado pela Lei Municipal nº 025/97, é um órgão deliberativo que atua como agente fiscalizador e de assessoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na rede de Ensino Municipal.

Algumas das suas atribuições são⁵:

- I- Aprovar os cardápios desenvolvidos dentro dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares no Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos in natura;
- II- Acompanhar a elaboração dos cardápios desenvolvidos pelas nutricionistas, respeitando os hábitos alimentares no Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos in natura;
- III- Orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região
- IV- Articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas.

3.1.2 O cenário da Agricultura Familiar em São Francisco do Conde - BA

A agricultura familiar em São Francisco do Conde desponta como alternativa à ociosidade e concentração das terras locais, esse monopólio agrário neste município é resultado de um passado histórico de escravidão e de domínio de terra pelos fazendeiros

⁵ Lei Municipal do CAE e suas atribuições pode ser consultada na íntegra por meio deste link: <http://www.saofranciscodoconde.ba.io.org.br/contasPublicas/download/680315/713/2014/8/publicacoes/5AA7643C-0649-EB15-BF35C117D43C52E1.pdf>

locais (SILVA, et al, 2014). As marcas do colonialismo são visíveis até hoje, principalmente quando se refere a questões agrárias. Sendo uma das cidades que compõe o recôncavo açucareiro, em outrora nestes solos férteis (massapê) foi implementado o cultivo da cana-de-açúcar em grande escala voltado para o competitivo mercado de exportação (CUNHA, 2004).

Quem passa por esta cidade, vê que apesar de ela se caracterizar como tal, parte do seu território é constituído por grandes áreas nitidamente rurais e de manguezais. Na sede, onde se concentra os órgãos do governo municipal, é comum observarmos a circulação de animais, tais como bodes, bois, cavalos, entre outros. Configurando, assim, um município “híbrido” no que se refere ao seu aspecto urbano-rural.

Com o declínio gradual da indústria açucareira, por volta da metade do século XX, foi descoberto poços de petróleo nesta região. Essa descoberta foi considerada um divisor de águas para a superação da crise provocada pela inviabilidade da cana-de-açúcar. A maior mudança na conjuntura econômica do município em estudo ocorreu após a instalação, funcionamento (1948) e expansão (1959) da Refinaria Landulpho Alves em Mataripe. (SINDPETRO, 2019). Com isso, o “ouro negro” em estado bruto passa a ser refinado e distribuído, elevando expressivamente a receita do município. No entanto, conforme Dias (2015), os municípios não tiveram esse mesmo resultado.

Havia uma expectativa da população motivada pelas forças políticas e econômicas da região, de que a Petrobrás iria contribuir para a sua melhoria econômica. Porém, isto não se concretizou de forma favorável à população local, pois a classe social oriunda das atividades desta empresa surge a partir das etapas vinculadas à implantação e exploração do petróleo, sendo constituída de operários e técnicos especializados que se superpõem ao território, com características divergentes da realidade local. (DIAS, 2015 p.51)

Se por um lado a implantação da Refinaria RLAM trouxe benefícios: emprego (irrisório para os franciscanos) e renda, por outro, retardou e continua retardando o desenvolvimento de uma agricultura familiar mais sólida. Em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado “a contribuição das políticas públicas para a agricultura familiar do município de São Francisco do Conde”, defendido em 2018, Queiroz argumenta com precisão sobre as consequências das atividades petrolíferas e do monopólio agrário nos dias de hoje, na região em foco:

Atualmente, o resultado deste processo é traduzido pela grande concentração de terras expresso na divisão territorial do município, onde alguns lugarejos e distritos foram formados ao redor de antigos engenhos, igrejas e usinas. É comum encontrar em algumas localidades poucos povoadas do município uma integração agro - petrolífero no qual grandes latifundiários se dedicam a criação de gados,

arrendamento com empresas que produzem eucaliptos, pinhos e bambuzais e pela extração do petróleo, instalação de tubovias e estações logísticas da Petrobras (QUEIROZ, 2018, P.24)

Na visão de SANTOS (2004, p.81), a refinaria impulsionou a “urbanização e migração campo-cidade, correspondente ao período em que a Petrobrás mais recrutou mão de obra, foi significativa a parcela de migrantes absorvida por vários municípios onde a empresa atuava, especialmente São Francisco do Conde[...]”. Dias (2015) acrescenta que, em razão da expansão das áreas de extração de petróleo, a desapropriação de terras foi inevitável, prejudicando severamente a zona rural e os modos de vida da população imersa nela.

Conversando com alguns pescadores desta cidade, muitos alegaram que constantemente ocorrem vazamentos de óleo dos dutos que cortam a cidade e as áreas de manguezais, contaminando os recursos hídricos e destruindo os ecossistemas, sendo que esse “óleo derramado nos mares tira dos pescadores e de suas famílias o trabalho e o alimento. A poluição química interrompe o ciclo da cadeia alimentar e impede a reprodução de cardumes” (MINC, 1951, p.96). Esses são alguns dos impactos ambientais causados pelo irracional e desenfreado “avanço” da indústria petrolífera/capitalista local.

Mesmo com a expansão dos latifúndios, ocasionada principalmente pela monocultura de cana-de-açúcar, muitos agricultores aproveitam-se das brechas de alguns espaços de terras para o cultivo. Como é o caso do casal de agricultores dona Maria e seu José, ambos residentes no bairro da baixa-fria. Em entrevista, dona Maria discorre acerca das dificuldades referentes a permanência no local e do acesso à terra, em que a cultiva há mais ou menos 8 anos com seu esposo.

A gente aqui tem muitas dificuldades. Esta terra que eu planto, juntamente com meu esposo, pertence a prefeitura. [...] a gente tá aqui de ousado, porque adoro plantar as plantas e ver elas botar os frutos. Aqui a gente planta de tudo um pouco, mandioca, aipim, cana-de-açúcar, pimenta e seriguela. Parte do que a gente produz é vendido na porta da nossa casa e também na feira da UNILAB; e a outra parte a gente leva para casa que ajuda no café da manhã e almoço. (Entrevista realizada em 03 de outubro, 2019)

O casal alegou ainda que por se encontrar nessa condição “intrusa”, não há qualquer suporte técnico que os ajude a alavancar sua produção. Para melhor entender a situação, visitei os três pequenos “pedaços” de terras em que eles trabalham. Ao chegar ao local, pude constatar as dificuldades que vão desde a falta de planejamento espacial, a escassez de água a infestação de pragas nas lavouras. Além disso, por eles residirem um pouco distante da roça, os plantios são constantemente atacados por meliantes que os roubam e às vezes os destroem

completamente. Esses fatores, nas palavras de José, causam certo desânimo ao labutar na roça.

A natureza do processo de manejo do solo é rudimentar, com a utilização de instrumentos simples como facão e enxada. Devido à falta de orientação técnica, a maioria dos agricultores entrevistados relatou algumas dificuldades em aumentar o potencial produtivo de alimentos em pouco espaço de terra. A situação se agrava quando se produz numa terra que pertence a prefeitura, como é o caso da agricultura Maria. Diante disso, forma-se um clima de suspense porque a qualquer momento ela, assim como tantos outros, pode ser expulsa do local, sem direitos e ainda correndo-se o risco de sofrer alguma penalidade. Nesse caso, a produção de alimento torna-se fator de luta e resistência.

As habilidades que alguns agricultores têm impressionam. A organização e manejo das atividades agrícolas, por exemplo, são norteadas pelos ciclos lunares. Malanski (2011), argumenta que essa técnica tradicional é de suma importância para o desenvolvimento, conservação e transmissão dos costumes herdados dos povos autóctones e que hoje ainda são reproduzidos na conjuntura da agricultura familiar. “Os indígenas associam as fases da lua com a agricultura[..], para determinarem a época de plantio e da colheita, bem como para a melhoria da produção e o controle natural das pragas” (AFONSO, 2014, p.3)

Num minucioso estudo experimental de campo, Riveira (2004), concluiu que a lua pode, sim, influenciar diretamente no crescimento de muitas variedades de plantas. É evidente que esses saberes empíricos/tradicionais são geralmente desprezados pela ciência, sobretudo, a ocidental. Contudo para o agricultor seu Cândido*, 51 anos, morador do bairro Baixa-Fria, seguir as fases da lua para o plantio é essencial e, a depender de suas condições, pode-se determinar o resultado da colheita:

[...] antes de plantar qualquer coisa na terra, eu costumo olhar a folhinha para saber em que quadra a lua está. Muita gente diz que isso é bobeira, mas eu sempre acreditei e vou continuar acreditando, porque posso provar através de minha experiência na roça, que a boa fase da lua ajuda e muito a planta: desde a germinação das sementes a frutificação... por exemplo: a lua minguante não é recomendada para se plantar absolutamente nada, apenas é boa para fazer podas. Para mim, a crescente e a cheia são as melhores para o plantio, porque as plantas crescem e frutificam mais rápido. Quando a gente planta o aipim na quadra crescente, por exemplo, as raízes engrossam e rendem muito mais ao ser processado. (Entrevista realizada em 29 de outubro de 2019)

Como já foi dito, os conhecimentos e técnicas tradicionais são importantes e oferecem suportes aos agricultores que não dispõem, por diversos motivos, de mecanismos tecnológicos considerados avançados na produção agrícola. A partir da fala de seu Cândido,

nota-se que há uma acentuada preocupação em produzir alimentos saudáveis, mesmo em meio as limitações que o cerca.

Fundamentais para a compreensão dos entraves sociais e políticos que afetam a tímida agricultura familiar de São Francisco do Conde, as duas últimas narrativas orais expuseram sobre a atual situação agrária deste município. Como procedimento metodológico, as fontes orais registram impressões, vivências e lembranças (MATOS; SENNA, 2011, p. 97). O uso dessa fonte, até certo tempo atrás, era mal vista em trabalhos científicos e, principalmente, historiográficos. Hoje, com as constantes renovações metodológicas, esse tipo de preconceito foi, de certa forma, superado. A oralidade contribui significativamente na compreensão de fenômenos diversos no universo científico.

A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época. (MATOS; SENNA, 2011, p. 101)

Outro desafio para os agricultores se refere a questão climática da região. Numa pesquisa de caracterização climatológica, D'Angiolella et al (2011) revelam que a estação chuvosa da região dos tabuleiros costeiros do Recôncavo baiano, o que inclui São Francisco do Conde, “não é bem definida, com médias mensais de precipitação em torno de 95, mm, totalizando 1. 143,0 mm/ano, com uma média de 180 dias de chuva por ano” (p. 6). Quando o agricultor não se atenta a esses fatores e/ ou não tem conhecimento sobre esses processos naturais, perdas substanciais nos cultivos considerados mais sensíveis as intempéries podem ocorrer.

Ainda conforme D'Angiolella et al, (2011)

A agricultura está fortemente sujeita aos efeitos do tempo e do clima, tornando-se uma atividade de risco. Desta forma, o uso racional dos recursos climáticos, mediante o conhecimento do comportamento do clima de uma região no planejamento das atividades agrícolas torna-se de fundamental importância na determinação do potencial de uma espécie vegetal ou de rendimentos de uma cultura e conseqüentemente os lucros econômicos. (p.2)

A questão da característica do solo massapê é algo que deve ser considerado ao realizar determinada sementeira. Apesar da sua alta fertilidade, esse solo sofreu, e de certa forma ainda sofre, os efeitos da exaustão causada principalmente pela intensividade do cultivo da

monocultura da cana-de-açúcar no período colonial, durante séculos, nesta região do recôncavo baiano⁶. Graças a regeneração natural desse solo, é possível ainda hoje cultivá-lo.

Devido ao colapso do ciclo econômico da cana-de-açúcar, foi necessário se pensar e implementar outras culturas no Recôncavo. É a partir dessa conjuntura de crise que o fumo e a mandioca passam a ser cultivados, sobretudo na agricultura de subsistência, como demonstra Jesus et al (2017):

Ao lado do fumo, a produção de farinha exerceu um papel importante na chamada agricultura de subsistência. Esse tipo de agricultura contribuiu para alimentar uma população crescente em um Recôncavo que se urbanizava muito rapidamente e, por outro lado, absorvia uma população que não mais servia para os trabalhos nos canaviais (JESUS et al, 2017, p.9)

A mandioca, *Manihot esculenta Crantz*, é originária da Bacia Amazônica, presente na América do Sul, Central e Caribe, é uma raiz de feição dos inhames e batatas (AGUIAR, 1982). A depender da região/estado do Brasil, ela pode variar de nome. No Estado do Paraná, por exemplo, ela é conhecida como macaxeira, enquanto que em São Francisco do Conde alguns agricultores a designa de aipim. Porém há uma distinção entre a mandioca brava e a mansa. A brava geralmente é a mais utilizada para a fabricação da farinha, que antes é preciso obedecer às seguintes etapas: descascar, moer na serrilha, imprensar, torrar no arguidá, moer no moinho e/ou peneirar manualmente, ensacar, pesar e finalmente consumir e/ou vender. Esse processo é extremamente necessário, uma vez que a mandioca brava contém alto teor de ácido cianídrico, um veneno vegetal que, se não for extraído, pode causar uma série de danos à saúde humana e animal.

Ao passar pela prensa⁷, por exemplo, essa substância líquida é expelida através das saídas existentes na parte inferior desse instrumento. Deste tubérculo, pode-se dizer que há um total aproveitamento de seus derivados⁸, até mesmo de suas folhas, que por sinal são altamente nutritivas.

⁶ Para melhor entender o período da economia açucareira no Recôncavo baiano e sua representação no quadro econômico, social e político, recomendo a leitura do trabalho de Barichman, 1998: **Até a véspera**: o trabalho escravo e a produção nos engenhos do Recôncavo baiano (1851-1881). Neste, o autor apresenta o cenário do fim do tráfico escravo no Brasil (1850-51) e os antecedentes da abolição de 1888, a partir de um estudo do território que hoje compreende o município de São Francisco do Conde. Além disso, Barichman mostra o tardio processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre nos engenhos neste município. Revela ainda as tentativas dos senhores em manter esse regime cativo no sentido de baratear os custos e impedir o declínio gradual da economia açucareira, mesmo após a promulgação da lei áurea.

⁷ Instrumento construído de madeira, ferro ou em alguns casos de cipó utilizado na casa de farinha para prensar a massa da mandioca, retirando a sua umidade.

⁸ Os principais produtos derivados da mandioca são: a farinha, o beiju e a tapioca. (EMBRAPA, 2018)

A folha da mandioca, que quase ninguém conhece como alimento, é dos mais ricos que existem na natureza, pois 100 gramas contêm mais de 300 miligramas de ácido ascórbico ou vitamina C, quantidade mais elevada que a de qualquer outra verdura e mesmo das frutas cítricas. Além disso, essas folhas são ricas em tiamina, niacina, riboflavina, as principais vitaminas do complexo B, e encerram igualmente elevadas quantidades de cálcio, fosforo e ferro (BRANDÃO, apud Melo, 1967 p.76).

A mandioca mansa, que é caso do aipim, tanto cultivado pelos sujeitos desta pesquisa, tem baixo teor de ácido cianídrico e é de fácil manejo, podendo ser consumida cozida ou frita. Acompanhando o trabalho de um agricultor em campo, notei que um dos motivos para que o aipim (mandioca mansa) seja mais cultivado se dá pela sua viabilidade econômica, uma vez que, ao contrário da brava, ele não necessita ser processado. No fim das contas, o lucro com o cultivo do aipim pode ser mais elevado.

O aipim e a mandioca pertencem a uma única espécie vegetal – *Manihot esculenta Crantz*. A polinização natural feita por insetos e o intercâmbio de mudas e sementes praticados desde os cultivadores indígenas até os agricultores atuais (SANTOS, 2015, p.2). Durante o longo período colonial do Brasil, esse tubérculo foi considerado o alimento básico dos negros, indígenas, brancos e pobres de modo geral (STADEN, 2006).

Conforme as informações disponíveis no portal *web* da conceituada Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a mandioca hoje “constitui um dos principais alimentos energéticos para mais de 700 milhões de pessoas, principalmente nos países em desenvolvimento.” Sendo ela produzida em mais de 100 países, atualmente a Nigéria, Tailândia, Indonésia e o Brasil são os quatro maiores produtores de mandioca do mundo. (EMBRAPA, 2018).

Sem dúvidas, a mandiocultura tem um papel estratégico como base alimentar para uma parcela considerável da população mundial, especialmente em áreas de insegurança alimentar localizadas nos países africanos e no Semiárido da região Nordeste do Brasil (CLOVIS et al, 2018, p.10). Trata-se de uma cultura altamente resistente, nutritiva e de fácil manejo.

3.1.3 Descrição e análise do questionário enviado a secretaria de agricultura, meio ambiente e pesca (SEMAP)

Nesta seção, com base nos dados fornecidos pela SEMAP, analisaremos brevemente o quadro geral da agricultura familiar em São Francisco do Conde. O objetivo é compreender os processos e ações governamentais da gestão municipal para esse setor agrário.

Atualmente no município há 431 agricultores cadastrados e declarados na DAP (Declaração de aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Instrumento utilizado para identificar e qualificar as unidades familiares de produção agrícola nos entes federativos.

Para se enquadrar na DAP, o/a agricultor(a) precisa obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Identidade e CPF (familiar e cônjuge)
- b) Certidão de casamento (para os casados)
- c) Comprovante de residência
- d) Matrícula do Cartório de registro de imóveis dos estabelecimentos rurais que possuir
- e) Comprovante de renda dos últimos 12 meses (notas fiscais de entrada, recibos, extratos de entrega de produtos em cooperativa.
- f) No caso dos arrendatários, comodatários e parceiros, apresentar contrato.

Criado em 2011, por meio da lei municipal n° 209/2011⁹, o Campo Para Todos é o único programa agrário do município. Em seu artigo 3º, constam alguns dos objetivos e benefícios para os agricultores locais são:

- I- Promover a inclusão social dos agricultores familiares;
- II- Desenvolver entre os produtores a cooperação para a prática do empreendedorismo;
- III- Implantar projetos produtivos de forma associativa;
- IV- Promover a melhoria da vida dos produtores, de seus familiares e colaboradores;
- V- Aumentar as oportunidades de trabalho remunerado no campo.

Entre as ações desenvolvidas por esse programa, está a distribuição de sementes. Somente entre os anos de 2018 e 2019, foram distribuídas 1 tonelada de sementes, conforme mostra em detalhes a tabela 1.

⁹ Ver Apêndices.

Tabela 1 - Distribuição de sementes (2018/2019)

Produtos	2018(KG)	2019(KG)
MILHO	400	200
FEIJÃO	200	100
AMENDOIM	0	100

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da SEMAP.

Observa-se que houve uma redução na distribuição de sementes num curto período de tempo. Os motivos para tal diminuição não foram explicados pela secretaria (SEMAP). Quanto aos produtos, São Francisco do Conde tem uma forte tradição do São João e, como sabemos, o milho e o amendoim são alimentos extremamente apreciados nesse festejo. Incentivar a produção destes cultivos constitui uma ação estratégica para o aquecimento da economia e a manutenção da tradição local.

Além dessa ação de distribuição de sementes, a SEMAP promove periodicamente alguns cursos de capacitação com os agricultores. Essa secretaria oferece ainda serviço de mecanização agrícola para os agricultores que possuem Daps. que funciona da seguinte forma: O agricultor solicita a essa secretaria o trator, a solicitação é analisada, depois de aprovada o trator pode ser deslocado para a execução dos serviços de aragem e gradagem. Embora seja um serviço gratuito, o favorecido precisa oferecer o café e almoço ao condutor do trator.

Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), apenas 08 agricultores são beneficiados na etapa correspondente ao mês de dezembro de 2018 a julho de 2019. Os principais produtos entregues constam na Tabela 2. Nesta etapa, 150 famílias em situação de vulnerabilidade social, o que inclui insegurança alimentar, foram atendidas.

Tabela 2 - Produtos entregues ao Programa de Aquisição de Alimentos (2018/2019)

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CONVENCIONAL OU ORGÂNICO	ESPECIFICAÇÃO (com casca, sem casca, embalado à vácuo, etc)	QUANTIDADE DO PRODUTO TOTAL (8 meses) (Kg)
Abacaxi	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	600
Abóbora	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	660
Aipim	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	4.000
Alface	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	150
Banana da prata	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	4.000
Banana da terra	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	3.000
Batata doce	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	1.300
Cebolinha	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	199
Coco verde	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	2.000
Coentro	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	200
Couve	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	200
Inhame	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	900
Laranja	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	2.400
Mamão	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	1.000
Manga	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	1.200
Milho	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	600
Maracujá	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	400
Quiabo	CONVENCIONAL	<i>In natura</i>	700

Fonte: SEMAP (2019)

O que chama a atenção nesta tabela é o modo de plantio convencional. Isso significa dizer que o produtor realizou algum tipo de intervenção no solo, seja revirando-o com maquinário(trator), descompactando-o, ou incorporando corretivos no solo no objetivo de combater a acidez, além do possível emprego de fertilizantes químicos nessas lavouras. No entanto, de acordo Silva (2019), se o agricultor não for orientado tecnicamente e não seguir os

procedimentos necessários, o sistema convencional pode tornar-se um pesadelo, acarretando problemas como a erosão, redução da fertilidade do solo, entre outros.

3.1.4 Descrição e análise dos questionários destinados as/aos feirantes

Nesta seção, analisaremos as respostas dos feirantes aos questionários aplicados, tendo como objetivo averiguar os produtos mais comercializados na feira, suas origens, além dos impasses dos atores desse espaço.

No total foram elaboradas cinco questões simples (ver anexo), com 7 sujeitos, sendo 4 mulheres e três homens, com idades entre 30 a 55 anos. Quando questionados sobre “os produtos mais comercializados na feira” (pergunta nº1), 5 (cinco) afirmaram que é a farinha de mandioca, enquanto que 2(dois) afirmaram que as hortaliças, pimenta, coentro, cebola têm uma boa “saída”, ou seja, maior demanda.

Quanto à pergunta nº 2, “De onde os produtos comercializados na feira são provenientes”, 3 disseram que a farinha vem de Cachoeira e as frutas e verduras como tomate, abóbora, cebola, banana e outros são compradas no Centro de Abastecimento da Bahia, localizado em Salvador. 3(três) afirmaram que os produtos são comprados e trazidos do Centro de Abastecimento da cidade de Feira de Santana, apenas 1(um) feirante afirmou que os produtos vendidos, jambos e algumas hortaliças, foram cultivados no distrito de Jabaquara das Flores, o qual pertence ao município de São Francisco do Conde. Em relação as dificuldades em comercializar na feira de São Francisco Conde, foram elencadas as seguintes.

- [...] custo com o frete das mercadorias;
- [...] agricultura local “fraca”;
- [...] espaço reduzido;
- [...] localização não estratégica;
- [...] falta de organização do espaço.

Questionados sobre o pagamento de taxa (imposto) por comercializar no local, todos foram unânimes em afirmar que não há qualquer tipo de cobrança por parte da prefeitura. Isso é um ponto positivo, considerando que em outras cidades, como Valença, por exemplo, cada feirante é obrigado a pagar uma pequena taxa semanal ao governo municipal por cada barraca ocupada. Nesse espaço, há também 4 pequenos açougues e 1 peixaria.

3.1.5 Descrição e análise dos questionários direcionados aos/as agricultores/as

Ao todo, 10(dez) agricultores responderam ao questionário aplicado, sendo 4(quatro) mulheres e 6(seis) homens, com idades entre 40 e 58 anos. Na primeira questão “quais são os principais produtos cultivados”, a mandioca(aipim) aparece em primeiro lugar, seguido do milho, banana da prata e pimenta ardilosa. Quanto à 2ª questão “quem compra a sua produção e onde a comercializa?”, 8 afirmaram que costumam plantar para a própria subsistência e o excedente é vendido “na porta de casa”. Enquanto que 2 afirmaram que a produção é para o autoconsumo e o excedente é comercializado na feirinha da UNILAB.

Quando questionados sobre o recebimento algum tipo de benefício por parte do governo municipal, 7(sete) afirmaram que não. Apenas 3(três) recebem o PAS (Programa de Acolhimento Social de Complementação de Renda) no valor de 400 reais mensais. Na 4ª questão “além de agricultor, qual outra atividade o/a sr. exerce” 9 responderam que são pescadores e marisqueiros/as e outro trabalha como ajudante de pedreiro.

Em relação as dificuldades em produzir na agricultura familiar local, foram destacados os seguintes problemas:

- [...] Acesso à terra
- [...] Falta de assistência técnica
- [...] Falta de apoio do governo local
- [...] Escassez de mão-de-obra.

A terra, para esses agricultores, representa o celeiro da produção econômica. Portanto, eles buscam de alguma forma acessá-la principalmente por meio da chamada “brecha camponesa”¹⁰. Infelizmente o seu monopólio continua sendo um problema extremamente complexo, principalmente em São Francisco do Conde. Conforme o relatório elaborado pelo projeto Geografar, a concentração fundiária neste município “prejudica as comunidades rurais e afeta a população urbana que acaba tendo que se abastecer de alimentos vindos de localidades distantes, mais caros e de baixa qualidade devido ao uso de agrotóxico em alimentos produzidos em grande escala”(p.22).

¹⁰ SILVA, Eduardo e REIS, João José (1988), na obra *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil Escravista*, expõem que a brecha camponesa, no período colonial, funcionava como mecanismo de controle em que o senhor “cedia” um pedaço de terra às margens dos latifúndios para que os escravizados pudessem plantar e, assim, garantir a alimentação dos próprios e também dos senhores. Fazendo um paralelo e sem cair em anacronismo, em São Francisco do Conde a brecha camponesa ocorre a partir do momento em que o agricultor cultiva em pequenos pedaços de terras pertencentes ao município e/ou a Petrobrás.

De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), a concentração fundiária¹¹ é um grave problema que atravessa o espaço rural brasileiro, prejudicando severamente a expansão e a consolidação da agricultura familiar e conseqüentemente a própria segurança e soberania alimentar do nosso país.

A concentração fundiária e a morosidade na implantação da reforma agrária constituem, hoje, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento e consolidação dos sistemas familiares de produção rural no Brasil. O desenvolvimento da agricultura familiar e do agroextrativismo é estratégico para a soberania e a segurança alimentar e nutricional das populações do campo e da cidade (CONSEA, 2007, p.13)

A penúltima questão “sobre a utilização de agrotóxicos na lavoura”, 8 (oito) responderam que nunca utilizaram quaisquer tipos de substâncias químicas na lavoura. Já 2(dois) afirmaram que ocasionalmente costumam aplicar fertilizantes químicos. Aqui temos um ponto importante quando estamos a tratar da SAN. Como é sabido, a segurança/soberania alimentar não centra somente na garantia da alimentação, há uma preocupação com os sujeitos que a produz, considera-se ainda o fator qualidade, cultural e social. A produção orgânica e sustentável é sem dúvidas uma das apostas da SAN, frente ao elevado uso e liberação de agrotóxicos¹² nos últimos tempos no Brasil.

¹¹ Ver VILLELA, Flávia, Menos de 1% das propriedades agrícolas detém quase metade da área rural do país. **Brasil de Fato**, 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/02/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-detem-quase-metade-da-area-rural-no-pais/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

¹² Confira: Os 10 alimentos mais afetados por novos agrotóxicos em 2019. **Carta Capital**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/os-10-alimentos-mais-afetados-por-novos-agrotoxicos-em-2019/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

3.1.6 Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS): uma proposição e alternativa viável para a segurança/soberania alimentar e agricultura familiar de São Francisco do Conde

Figura 3 - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável



Fonte: <https://www.radiocacula.com.br/noticias/novo-grupo-de-pequenos-produtores-adere-ao-projeto-pais>

Antes de chegarmos as considerações finais deste trabalho, abro esta seção para falarmos sucintamente sobre esse importante projeto/programa de tecnologia social, desenvolvimento sustentável e de geração de renda que é o PAIS. No Brasil, este projeto foi desenvolvido pelo agrônomo Aly Ndyane, e implementado pela primeira vez em Teresópolis, Rio de Janeiro. (FREITAS et al, 2009).

Hoje, algumas instituições como a fundação Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Serviço de Apoio às micro e Pequenas Empresas(SEBRAE) apoiam e expandem o PAIS por todo território nacional, tendo como objetivo produzir alimentos variados em pequenas propriedades, respeitando o meio ambiente, promovendo a segurança alimentar, a partir da adoção de um sistema agrícola integrado e de autogestão.

Para Pereira de Freitas et al (2009), o PAIS “significa mais alimento, trabalho e renda no campo, incentiva o associativismo dos produtores e aponta novos canais de comercialização dos produtos, permitindo boas colheitas agora e no futuro” (p. 371). Como observamos na figura III, a construção desse sistema é de forma circular, com o galinheiro centralizado, ao seu redor as leiras, área de pastagem e o quintal agroecológico. Na irrigação, utiliza-se o sistema econômico de gotejamento. O método de plantio pode ser intercalado, ou

seja, é possível, por exemplo, cultivar feijão, aipim e milho dentro de uma mesma área, desde que haja uma orientação técnica e o espaçamento entre uma cultura e outra seja devidamente obedecido.

Através do plantio intercalado, os agricultores beneficiam-se da capacidade dos sistemas de cultivo de reutilizar seus próprios estoques de nutriente. A tendência de algumas culturas de exaurir o solo é contrabalançada através do cultivo intercalado de outras espécies que enriquecem o solo com matéria orgânica. (ALTIERI, 2004, p. 40)

Conforme Mattos & Cardoso (2003), essa consorciação de culturas tem a capacidade de promover a estabilidade da produção, melhorar a utilização da terra, otimizar a exploração de água e nutrientes, além de apresentar maior eficiência no controle de ervas e disponibilidade de mais de uma fonte alimentar. De fato, o plantio intercalado pauta-se na sustentabilidade. Na visão de Cavalcante (1998, p. 161), “a sustentabilidade é a possibilidade de se obter continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em um dado ecossistema”.

De modo geral, SOUZA (2012) explica que...

O PAIS baseia-se nos princípios ecológicos que consistem na diversificação de culturas, na reciclagem de nutrientes, cuidando do agroecossistemas e também das pessoas, aliando saber popular a tecnologias apropriadas com base em conhecimentos e adaptadas às condições reais, ou seja, adaptando-se a realidade do produtor. (p.11)

Outras tecnologias sustentáveis podem ser implementadas no interior do PAIS, a exemplo do biodigestor (produção de gás), composteira (para a produção de adubo orgânico e cobertura morta), placas fotovoltaicas (geração de energia), minhocário (criação de minhocas), criação de abelhas, entre outros. São projetos inovadores como esse que fortalece a agricultura familiar, rompe com os bolsões de miséria e pode evitar o crescente êxodo rural, principalmente da população jovem do campo. De baixo custo, a tecnologia social PAIS é recomendada, inclusive, para regiões semiáridas com baixas precipitações pluviométricas (SOUZA, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho foi possível identificar os principais fatores que retardam a agricultura familiar local e em consequência colocam em xeque a segurança alimentar. São eles: os resquícios do colonialismo (indústria açucareira e a concentração de terras) instalação da Petrobrás (expropriação de terras) e a ineficiência do público local. Todos esses fatores foram evidenciados por meio das pesquisas bibliográficas, dos questionários aplicados, além das narrativas dos agricultores e feirantes.

Verificou-se que a aliança entre a segurança/soberania alimentar e nutricional e agricultura familiar é crucial e inegável, considerando que mesmo enfrentando diversas dificuldades, os agricultores se preocupam em produzir alimentos saudáveis e de maneira sustentável, norteados pelos conhecimentos tradicionais. Pôde-se notar que os alimentos produzidos por estes sujeitos satisfazem minimamente as suas necessidades e, quando há excedentes, servem como fonte complementar de renda. Outra informação importante que esta pesquisa obteve se refere a dupla função que esses agricultores exercem. Ao mesmo tempo que eles trabalham lavrando a terra, eles praticam a atividade de pesca e mariscagem. Na perspectiva da segurança alimentar, esse processo é importante na garantia do sustento de muitas famílias.

É notório que o principal desafio para os agricultores de São Francisco do Conde, mais especialmente aqueles que trabalham em torno da sede desse município, é o acesso à terra. Por isso, faz-se necessário e urgente a adoção de políticas públicas voltadas para a sua distribuição (Reforma agrária). Acelerar os investimentos na agricultura familiar de São Francisco do Conde é, sem dúvidas, uma medida vital, mesmo se tratando de um município “rico”, mas essa riqueza, mal distribuída, deve-se a exploração e processamento do petróleo. Por ser um recurso finito, inevitavelmente ele se tornará escasso. Daí urge a necessidade de se pensar e apostar na consolidação desse modelo agrário sustentável.

Em relação aos principais cultivos, a mandioca(aipim) aparece em primeiro plano, seguido de milho, banana, pimenta, etc. O plantio consorciado é uma realidade entre esses lavradores. Essa diversificação de culturas é de suma importância, considerando que os espaços utilizados por eles são bastantes reduzidos. Hoje com o emprego de técnicas sustentáveis, é possível aumentar a produção de uma área sem a necessidade de devastar para expandi-la.

Tendo em vista o quadro tímido da agricultura familiar no município em foco, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia-afro Brasileira (UNILAB) vem

firmando parcerias e meios de fortalecê-la através da criação do projeto inovador de extensão universitária denominado “Segurança Alimentar e Nutricional CPLP”. Um dos objetivos desse projeto é criar mecanismos de engajamento social entre a comunidade acadêmica e a externa, sobretudo com os atores da agricultura familiar local.

Encontra-se em fase de construção o Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) no terreno pertencente a UNILAB. A sua consolidação certamente trará uma série de benefícios para os estudantes assim como para a população local. Trata-se de um sistema altamente produtivo e vetor de desenvolvimento econômico e sustentável, pautado na autogestão. A ideia é dar visibilidade às políticas de geração e gênero (jovens, mulheres e pessoas da terceira idade). Seria interessante que o governo municipal adotasse programas como esse a fim de desenvolver o sistema agrário local e torná-lo amplamente produtivo, gerando emprego, alimento e renda a população mais carente.

Dada a capacidade de dialogar com diversas áreas do conhecimento científico-acadêmico, social e histórico, esta pesquisa torna-se relevante e visa contribuir em termos teóricos e práticos para a potencialização da segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento da agricultura familiar no município de São Francisco do Conde, Bahia, Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pinto de. **Mandioca: pão do Brasil**. Rio de Janeiro. Civ. Brasileira, 1982.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: <http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf> acesso em: 18 nov. 2019

ALENCAR, Álvaro Gurgel de. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 137-144, June 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100009&lng=en&nrm=isso Acesso em: 04 out. 2019

ALMEIDA, Clóvis et al. **Estudo Prospectivo- Produção de mandioca no Brasil: o desafio do incremento de produtividade com preservação de solo**. Cruz das Almas, BA: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/182168/1/SerieDocumentos224-Clovis-Ainfo.pdf> Acesso em: 23 nov.2019

AFONSO, Germano Bruno. O céu dos índios do brasil (Musa-UNINTER) In: 66ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 2014, - Rio Branco, AC. **Anais eletrônicos...** Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/66ra/PDFs/arq_1506_1176.pdf Acesso em: 29 nov.2019

BAHIA. Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional (GGSAN). Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) *Diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia*- Salvador, 2015.

BRANDÃO, Darwin., - **A Cozinha Baiana**. Grupo Ediouro. Editora Tecnoprint., 1967

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea). II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 17-20 março, 2004. Brasília: Consea; 2004

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em : <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> Acesso em 12 de out. 2019.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Valor do repasse FNDE por estado e município. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-oescolar/Catalogo_AF_e_AE-3-2587214.html Acesso em: 08 out. 2019

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD nº 32, de 10 de agosto de 2006. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Diário Oficial da União. 2006 25. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/alimentacao_escolar/alimentacao_esc.html#legislacao. Acesso em: 29 set. 2019

BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade de. **A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. 2004. 299 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) -Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e sociedade**, v. 12, p. 12-20, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2003.v12n1/12-20/pt> Acesso em: 17 dez.2019.

BEZERRA, C.P; MAGALHÃES, C.M.G. Estudando as atividades econômicas da Paraíba. In. **Atlas escolar da Paraíba**. 2ª edição. Coordenadora: Janete Linz Rodriguez -João Pessoa: Grafset,2000.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos sociedade e agricultura**, 1997.

CARVALHO, E. B. (Coord.). **Diagnóstico Sócio-econômico e Ambiental do Município de São Francisco do Conde**. Relatório Final, Salvador, 2006. p. 111.

CARVALHO, Daniela gomes de; CASTRO, Vanessa Maria de. **O programa nacional de alimentação escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável: políticas públicas e instrumentos de gestão para o desenvolvimento sustentável**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 8., 2009, Cuiabá MT. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT4-251-130-20090722021654.pdf>. Acesso em: 11 out.2019

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/3a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio-final-iii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia da Alimentação no Brasil**. 2ª ed. São Paulo. Global, 2008.

CASTRO, José de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**- Rio de Janeiro. Edições Antares, 1984.

CAMARGO, R. A.L; BACCARIN, J.G; SILVA, D.B.P, O papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração pública**[online], São Paulo, V.8, nº 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6846> Acesso em: 07 out.2019

CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. **Um retrato fiel da Bahia: sociedade racismo-economia na transição para o trabalho livre no recôncavo açucareiro, 1871-1902.** 2004.272p Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

CUNHA, M. P. **Memorial de São Francisco do Conde. São Francisco do Conde:** Prefeitura de SFC, 1977.

CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1996, Roma. **Declaração de Roma:** Sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação. Roma: ONU, 1996. (WFS/96/3). Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm> Acesso em: 17 out.2019

CATAÑO HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, v. 20, n. 35, 2017.

CHAVES, Lorena Gonçalves. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 6, p. 857-866, nov./dez., 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-52732009000600007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 07 jan.2020

CAVALCANTI, Clovis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica. In: CAVALCANTI, Clovis(org.). **Desenvolvimento e natureza:** um estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE. Ed. Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

DIAS, Maria da Graça Andrade. **Memórias e Existências:** Identidades e valores na representação social do patrimônio no recôncavo da Bahia. 2015. 206f. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

D'ANGIOLELLA, G. L. B.; CASTRO NETO, M. T.; COELHO, E. F. **Caracterização climática dos tabuleiros costeiros do recôncavo baiano.** 2011. Disponível em: <http://www.cbmet.com/cbm-files/13-831e6409241d28220970bfb518cd63d.pdf> Acesso em: 01 dez. 2019.

EMBRAPA www.cnpmf.embrapa.br. Acesso em: 12 set. 2019

FACCO, Vinicius Antonio Banzato; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. O programa de Aquisição de Alimentos e Potencialidades na Promoção da Soberania Alimentar. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias.** Curitiba, PR, v.1, n.1, 2, jan./jun., 2016. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Oprogramadeaquisicaodealimeno.s.pdf> Acesso em: 12 nov.2019.

FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. 2018. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo.** Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. FAO, Roma.

FERREIRA, Fabrício de Sena. **Marcas e reconfigurações do território de São Francisco do Conde (XVI-XIX)**. 2016. 50 f. Monografia(graduação)- Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, São Francisco do Conde (BA) 2016.

GEOGRAFAR, Grupo de pesquisa e Geografia dos Assentamentos na Área Rural. (POSGEO/ UFBA/ CNPq) Base de Dados sobre Formas de Acesso a Terra. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/formas-acesso-terra> Acesso em: 17 dez. 2019

GUBERT, Muriel Bauermann; PEREZ-ESCAMILLA, Rafael. Insegurança alimentar grave municipal no Brasil em 2013. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 3433-3444, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001003433&lng=en&nrm=iso Acesso em: 18 mar. 2019.

Grisa, C., Schmitt, C. J., Mattei, L. F., Maluf, R. S., & Leite, S O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010. Disponível em: <http://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69> Acesso em: 24 dez.2019.

INCRA/ FAO. Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília,1996.
IPEA- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional**: projetos, descontinuidades e consolidação. Brasília: Ipea, 2014.

JESUS, Alex Sander Silva de. OMMATI, José Emílio Medauar. Segurança alimentar e revolução verde: questionamentos atuais acerca da luta contra a fome no plano internacional. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 12, n. 3, p.191-215, dez. 2017. DOI: 10.5433/1980-511X2017v12n3p191. ISSN: 1980-511X.

MALUF, R.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Unicamp, vol. IV, 1996.

MALUF, R. S. **Políticas agrícolas e de Desenvolvimento rural e de segurança alimentar**. In: Leite, S. (Org.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 58-85, 2001.

MALANSKI, Elizabete Padilha. **A agricultura familiar: costumes, conhecimentos e características do município de Campo Bonito/PR**. 2011. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38545/R%20-%20E%20-%20ELIZABETH%20PADILHA%20MALANSKI.pdf?sequence=1> Acesso em: 15 nov.2019

MELÃO, Ivo Barreto. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. **Caderno IPARDES-Estudos e Pesquisas**, v. II, n. 2, p. 87-105, 2012.

MOTA, Carlos Guilherme. **A revolução Francesa: 1789-1799**. 1.ed. São Paulo: Ática, 1989.

MORAES, Eriberto Pinto; FERNANDES, Maria José Costa. **Agricultura familiar e Agroecologia: uma análise da associação dos produtores e produtoras da feira agroecológica de Mossoró (APROFAM)–RN**. Espaço Científico Livre Projetos Editoriais, 2014.

MINC, Carlos. **Ecologia e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1951.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf> Acesso em: 28 nov.2019

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência**, Campinas, n. 120, 2010 Disponível em http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt&nrm=iso. acesso em 03 dez. 2019.

PEREIRA, Angela Beatris Araújo da Silva. **Agricultura Familiar camponesa e Cultura Alimentar: hábitos Alimentares das Famílias Rurais da Linha Simonetti- Ivorá /RS**. 2015.100f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/zhandle/1/18599/DIS_PPGER_2015_PEREIRA_ANGELA.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 14 nov.2019.

PEREIRA DE FREITAS, JANIERK et al. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – país: experiência vivenciada por alunos da escola municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves Campina Grande/PB. **POLÊMICA**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 369-379, jun. 2013. ISSN 1676-0727. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/6438/4846> Acesso em: 23 dez. 2019

QUEIROZ, Edmar Neves de. **A contribuição das políticas públicas para a agricultura familiar do município de São Francisco do Conde**. 2018. 46f. Monografia (especialização) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, São Francisco do Conde (BA)2018. Disponível em: http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1410/1/2018_mono_queiroz.pdf Acesso em: 01 out. 2019

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**, 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.
RIVERA, J.R. La Luna: El sol nocturno em los trópicos y su influencia em La agricultura. 1 ed. Manáguá: Servicio de Información Mesoamericano sobre Agricultura Sostenible, 2004. 2014p. – (Colección Saberes y Haceres Del Mundo Rural).

SANTOS, Edvaldo Hilário do. **Desenvolvimentismo, atividade petrolífera e degradação ambiental em áreas pesqueiras em São Francisco do Conde, Bahia**. 2004. 207 f. Dissertação (Mestrado em política e gestão pública) Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2004.

SOUZA, Lidiane Karoline Barbosa de. **Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) no município de Mogeiro/ PB**. 2012. 26 f. Monografia (Graduação em Geografia)- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande(PB) 2012.

SILVA, Eduardo & REIS, João Jose. **Negociação e conflito**. A resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SANTOS, Felix Souza. Permanências e Transformações Territoriais: a mandiocultura e o desenvolvimento socioeconômico no recôncavo baiano. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DINÂMICA TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL, 2015, Salvador. *Anais Eletrônicos ...* Salvador: UCSAL, 2015. Disponível em: noosfero.ucsal.br/articles/0009/2501/perman-ncias-e-transforma-es-territoriais-a-mandiocultura-e-o-desenvolvimento-socioecon-mico-no-rec-ncavo-baiano-felix-souza-santos.pdf Acesso em: 31 out.2019.

SANTO, José Jorge do Espírito. **São Francisco do Conde: Resgate de uma Riqueza Cultural**. São Francisco do Conde, 1998.

SILVA, Carlos Augusto Santos da. MENEZES, Joelza. SILVA, Jussara. SILVA, Marcia de Santana. **Desenvolvimento social a partir do programa Bolsa Família: Estudo da região do recôncavo baiano na localidade de São Bento das Lages em São Francisco do Conde / São Francisco do Conde**, 2014. xxx f.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo. Vol. 18, n. 51 (fev. 2003), p. 99-122, 2003.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. **Manguezal ecossistema entre a terra e o mar**. 1995. Caribbean, São Paulo, 1995.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**. Ano XIV, n.2, p. 78-88, abr./mai./jun., 2005.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

TAKAGI, Maya. **A Implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. 2006. 214f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286223/1/Takagi_Maya_D.pdf Acesso em: 12 nov. 2019.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. **O Imperial Instituto Baiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do séc. XIX**. 1982. 272f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VALENTE, Flavio Schieck. **Transformando Natureza em Gente**. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/natureza_gente.pdf f Acesso em: 15 dez. 2019

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. **Rev. nutr. PUCCAMP**, v. 10, n. 1, p. 20-36, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. *In*: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 17., 1996, Minas Gerais. **Anais eletrônicos...** p. 2-18 Disponível em: <https://rb.gy/lmhntd> Acesso em: 31 nov. 2019.

WELCH, Andrew Clifford (org). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo. Ed. UNESP, 2009. Disponível em: http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/historia_social_d_o_campesinato/Camponeses%20Brasileiros%20-%20Leituras%20e%20interpretacoes%20classicas%20-%20vol%201.pdf#page=118 Acesso em: 11 dez. 2019.

APÊNDICES

Ofício (SEMAP)

Ofício nº03

São Francisco do Conde, 12 de dezembro de 2019

A Sua Excelência o Senhor Renato Costa Rosa, secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca,

Venho por meio deste ofício, solicitar as respostas de um questionário encaminhado a esta secretaria no dia 28/11/2019. Os dados fornecidos serão utilizados no Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Certo de que a solicitação será atendida, fique com meus votos de estima e consideração

Wenderson das Santos Nascimento
Wenderson das Santos Nascimento

13.12.2019
09:33

Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a)

Esta pesquisa é sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Familiar: O caso de São Francisco do Conde e está sendo desenvolvida por Wanderson dos Santos Nascimento do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, sob a orientação do professor Dr. Pedro Augusto Leiva.

O objetivo do estudo é apresentar as relações existentes entre a Segurança Alimentar e Nutricional e a Agricultura Familiar, além dos processos de produção alimentar, numa perspectiva social local. A finalidade deste trabalho é contribuir para a valorização cultural, social e econômica dos atores de Agricultura Familiar. Solicitamos a sua colaboração para entrevista de curta duração, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e/ou em eventos na área de Segurança Alimentar e em publicações em revistas científicas nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador está a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via deste documento.

São Francisco do Conde, ____ de ____ de ____

Impressão dactiloscópica

Assinatura do participante

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Questionário (agricultores)**QUESTIONÁRIO(AGRICULTORES/AS)**Idade Sexo

- 1) **Quais são os produtos mais cultivados?**

- 2) **Quem compra a sua produção e onde a comercializa?**

- 3) **Recebe algum tipo de benefício/incentivo do governo municipal para a produção?**

- 4) **Além de agricultor(a), exerce outra atividade?**

- 4) **Quais são as principais dificuldade em produzir nesse modelo de agricultura?**

- 5) **Usou ou usa agrotóxico no solo e/ou na lavoura?**

Questionário (feirantes)**QUESTIONÁRIO(FEIRANTES)****Idade****Sexo**

- 1) Quais os produtos mais comercializados pelo/a senhor/a nesta feira?**
- 2) De onde eles são provenientes?**
- 3) Quais são as principais dificuldades em comercializar neste espaço?**
- 4) Qual o órgão responsável pela fiscalização sanitária da feira?**

Questionário (SEMAP)

1) Atualmente, em São Francisco do Conde, quantos agricultores estão cadastrados no DAP?

2) Qual o tamanho em média do módulo de terra neste município?

3) Para que o agricultor seja cadastrado no DAP, quais são os requisitos?

4) Sobre o programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

- a) Número de beneficiados
- b) Modalidades

5) Sobre o PNAE:

Número de escolas beneficiadas.

6) SOBRE O PROGRAMA CAMPO PARA TODOS

Quando e como surgiu?

Quais são os benefícios desse programa para os agricultores locais?

7) SOBRE A AÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES:

Quando e como surgiu?

Desde a sua criação, quantas toneladas de sementes foram distribuídas?

8) Quais as ações desenvolvidas pela SEMAP para a agricultura familiar nos últimos anos?

9) Como o Sr. Avalia as ações públicas municipais voltadas para a agricultura local?

10) Quais são os principais produtos entregues pelas famílias que estão cadastradas no PAA?

Quanto quilos/toneladas por período?

11) Como o sr avalia a questão da Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com a agricultura familiar em São Francisco do Conde?